



PREFEITURA  
BELO HORIZONTE

FPM  
REGISTRADO  
FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS  
Livro nº 13 Fls. 47  
Data: 20 / 11 / 15  
Ass: [assinatura] Matr: 681-4

**TERMO DE PERMISSÃO CELEBRADO  
ENTRE A FUNDAÇÃO DE PARQUES  
MUNICIPAIS E ALICE RODRIGUES DE  
OLIVEIRA CRUZ.**

Processo Credenciamento: 01.118676.15.41  
Processo Permissão: 01.157615.15.27

A FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, CNPJ nº.07.276.220/0001-91, situada na Av. Afonso Pena, 4.000 – 9º andar, Cruzeiro/BH, neste ato representada por sua Presidente, **Karine Paiva Silva**, denominada **Permitente** e **Alice Rodrigues de Oliveira Cruz**, CPF nº 657.753846-87, residente e domiciliada na Rua Professor Aimore Dutra, 907 CS B NR, São João Batista, CEP 31.520.050 Belo Horizonte/MG, doravante denominada **Permissionária**, tendo em vista a realização do Chamamento Público FPM nº 001/2015 a fim de credenciar vendedores ambulantes para o Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado;

FIRMAM O PRESENTE TERMO DE PERMISSÃO, cujo Edital e Anexos são dele parte integrante, mediante as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Permissão, a título precário, para a prestação de serviço de vendedor ambulante de balão metalizado e pipa de papel (lote 8), por tempo determinado, no Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

A vigência da permissão será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto na Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA PERMISSÃO**

O valor anual desta Permissão é de R\$ 122,82 (cento e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos)

**CLÁUSULA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente termo no Diário Oficial do Município (DOM) será por conta e ônus da FPM.



PREFEITURA  
BELO HORIZONTE

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DADOS CADASTRAIS**

#### **1.1. Identificação do Solicitante**

<b>1- Presidência</b> Fundação de Parques Municipais	<b>2- Unidades</b> Diretoria de Parques da Área Norte / Parque Municipal Lagoa do Nado
<b>3- Endereço:</b> Av. Afonso nº 4000, 9º andar	<b>4- Bairro:</b> Cruzeiro
<b>5- Cidade/Estado:</b> Belo Horizonte, MG	<b>6- CEP:</b> 30.130-009
<b>7- DDD/Telefones(s)</b> 31-3277-8000	<b>8- DDD/Fax</b> 31-3277-7981
<b>9- Gestor:</b> Karine Paiva Silva	

### **2. JUSTIFICATIVA**

Considerando a amplitude do Parque Lagoa do Nado, seu número de visitantes diários, a inexistência de rede de serviços, e comércio de gêneros alimentícios nas proximidades, faz-se necessário permitir que vendedores ambulantes, devidamente credenciados explorem a atividade nas dependências do parque como forma de dar maior comodidade aos visitantes.

### **3. PÚBLICO ALVO**

Frequentadores do Parque Lagoa do Nado.

### **4. DESCRIÇÃO DO PARQUE LAGOA DO NADO**

**Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado**  
Endereço: Rua Desembargador Lincoln Prates, 240, Itapoã.  
Área Total: 317.900,00 m²

### **5. OBJETIVO**

Este Termo de Referência, parte integrante do edital de licitação, tem por objetivos:

- Caracterizar o objeto a ser contratado;
- Estabelecer as normas e procedimentos;
- Estabelecer o nível de qualidade desejada para os serviços, com base nos elementos que constituem o edital de licitação;
- Salientar o cumprimento da legislação pertinente e das normas da Fundação de Parques Municipais (FPM);
- Estabelecer sanções administrativas.

### **6. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

Constitui escopo da presente licitação o credenciamento de vendedores ambulantes para o Parque Municipal Lagoa do Nado nos termos deste Edital, Anexos, e da Lei 8.666/9, conforme lotes abaixo:



**9.1.3.** Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

**9.1.4.** Certidão Negativa Criminal emitida pelo Poder Judiciário Estadual e Federal;

**9.1.5.** Comprovante de residência, podendo ser conta de luz, água, telefone ou aviso de banco, em que figure o nome do licitante e com data não superior a 90 (noventa) dias corridos, retroativamente, à data da abertura deste chamamento. No caso de não existir comprovante de residência em nome do licitante, o mesmo deverá apresentar declaração de domicílio assinada por duas testemunhas, com firmas reconhecidas em Cartório.

**9.1.6.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Dívida Ativa da União;

**9.1.6.1.** A exigência de que trata este item assim se resume:

- a) Certidão de regularidade dos tributos federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Certidão de regularidade dos tributos estaduais expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda (Certidão de regularidade com a dívida ativa de tributos estaduais);
- c) Certidão(ões) de regularidade de todos os tributos municipais, do domicílio do licitante;

## **10. OBRIGAÇÕES DOS CONCESSIONÁRIOS**

**10.1.** Agir com disciplina, sendo-lhe vedado:

- a) Qualquer tipo de jogo, venda de produtos fora do item ao qual foi credenciado, circulação de listas, rifas e pedidos de qualquer natureza;
- b) Utilizar ou colocar em funcionamento máquinas e aparelhos de propriedade da Concedente, abrir armários, gavetas ou invólucros de qualquer espécie, sem prévia autorização do Gerente da Unidade competente;
- c) Consumir e/ou guardar drogas ou bebidas alcoólicas nas dependências da Concedente ou ir trabalhar sob efeito de substância tóxica.

**10.2.** Cumprir com o disposto na Constituição Federal, bem como nas legislações ordinárias atinentes à execução da sua atividade, em especial a de vigilância sanitária.

**10.3.** Manter em perfeito estado de higiene, limpeza e conservação os equipamentos e locais vinculados à prestação do serviço.

**10.4.** Utilizar crachá de identificação, em modelo aprovado pela FPM, fazendo referência expressa que se trata de vendedor ambulante credenciado.

**10.5.** Utilizar colete de identificação, a ser confeccionado pelo credenciado, conforme modelo fornecido pela FPM.

**10.6.** Atender ao público em geral com respeito, urbanidade, presteza e celeridade.

**10.7.** Afixar em local visível os preços praticados.

## **11. OBRIGAÇÕES DA FPM**

**11.1.** Zelar pelo cumprimento dos trabalhos;

**11.2.** Não permitir a permanência, nas dependências do Parque, vendedor ambulante não credenciado por este certame;

**11.3.** Fiscalizar e supervisionar a prestação de serviços dos vendedores ambulantes, podendo em casos necessários lavrar ocorrências, apurar fatos,

**13.1.1. Advertência.**

**13.1.2. Multa, nos seguintes percentuais:**

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em iniciar a prestação do serviço;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência ou o valor total da adjudicação para a licitação ou para a contratação direta na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, em consonância com o Decreto Municipal 15.113/2013;
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, em consonância com o Decreto Municipal 15.113/2013;
- e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- f) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;
- g) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

**13.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 2(dois) anos, conforme disposto no inciso III, art. 87 da Lei n° 8666/93.**

**13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8666/93.**

**13.2.** As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação de Parques Municipais.

**13.3.** As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade serão aplicadas pela autoridade municipal competente.

**13.4.** Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária será facultada a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação.



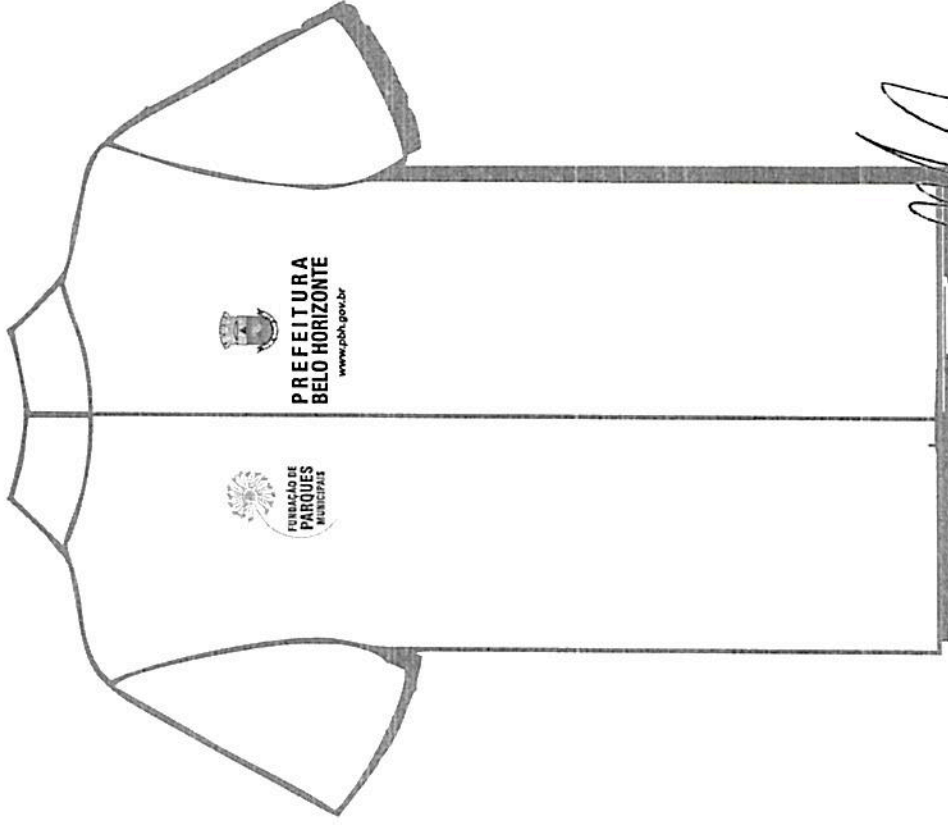
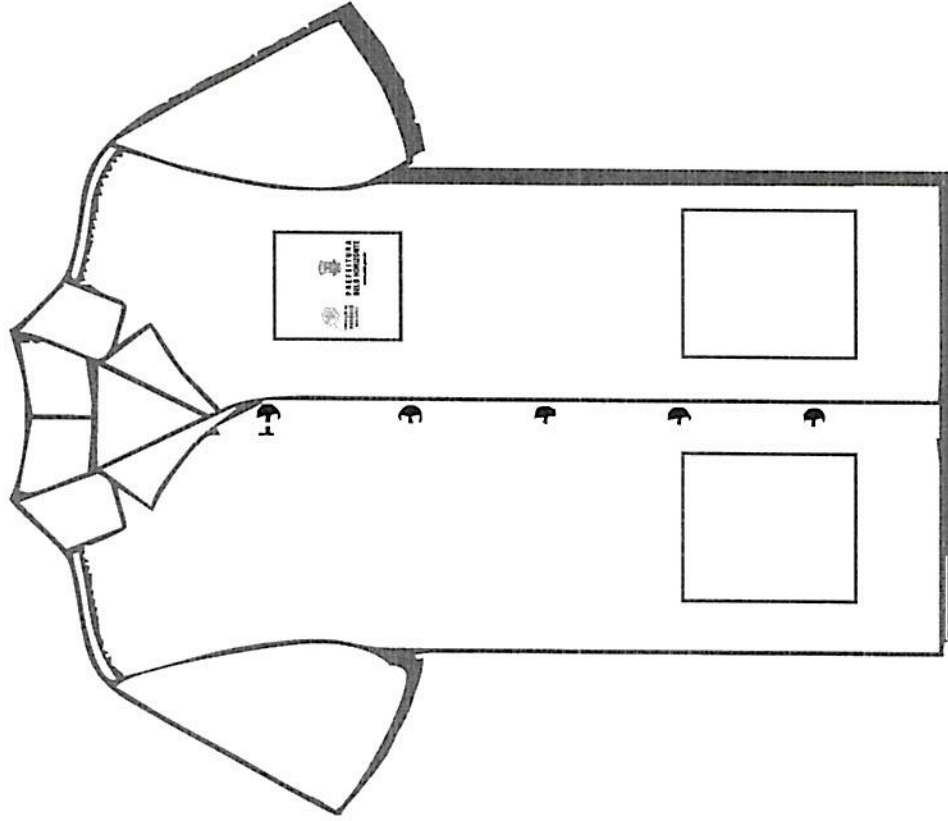
PREFEITURA  
BELO HORIZONTE

## ANEXO II- MODELO DE COLETE E CRACHÁ

### ARQUIVOS EM PDF

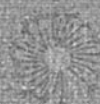


# Layout de Jaleco



José Geraldo de Azevedo - BM: 73.099-1  
Gerência de Infra-estrutura - A8COM

Aprovado conforme layout  
08/09/2015



FUNDAÇÃO DE  
PARQUES  
MUNICIPAIS



PREFEITURA  
BELO HORIZONTE

[www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br)

PARQUE FAZENDA LAGOA DO NADO

NOME:

**VENDEDOR AMBULANTE**